

**HABEAS CORPUS Nº 482.573 - RS (2018/0325580-8)**

**RELATORA** : **MINISTRA LAURITA VAZ**  
**IMPETRANTE** : ANDREA GARCIA LOBATO  
**ADVOGADA** : ANDRÉA GARCIA LOBATO - RS069836  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PACIENTE** : JEFFERSON FERNANDES DE LIMA (PRESO)  
**PACIENTE** : MARCUS VINICIUS FERNANDES SANTOS (PRESO)  
**OUTRO NOME** : MARCUS WINICIUS FERNANDES SANTOS (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**EMENTA**

*HABEAS CORPUS*. HOMICÍDIOS QUALIFICADOS NAS FORMAS TENTADA E CONSUMADA. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. MATÉRIA NÃO TRATADA NO ACÓRDÃO IMPUGNADO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA DO DECRETO PREVENTIVO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. ORDEM PARCIALMENTE CONHECIDA E, NESSA EXTENSÃO, DENEGADA.

1. A alegação de excesso de prazo na formação da culpa não foi tratada pelo Tribunal *a quo* no acórdão combatido, portanto, não deve ser conhecida no presente *writ*, sob pena de indevida supressão de instância. Precedente.

2. No caso, o decreto de prisão preventiva, mantido pelo acórdão impugnado, possui fundamentação idônea. Demonstrada a periculosidade dos Réus, bem como o risco de reiteração delitiva. JEFFERSON, além de ameaçar uma testemunha – o que justifica a contrição para a conveniência da instrução criminal –, possui outras cinco imputações por delitos contra a vida, fora as condenações por outros delitos. MARCUS VINICIUS ou MARCUS WINICIUS, aos 18 (dezoito) anos, já respondia à segunda imputação por crime contra a vida. Portanto, a constrição cautelar é necessária, sobretudo, ante a necessidade de se resguardar a ordem pública. Precedentes.

3. Ordem parcialmente conhecida e, nessa extensão, denegada.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, conhecer parcialmente do pedido e, nesta extensão, denegar a ordem, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora. Os Srs. Ministros Sebastião Reis Júnior, Rogerio Schietti Cruz, Nefi Cordeiro e Antonio Saldanha Palheiro votaram com a Sra. Ministra Relatora.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 07 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora